



REVISTA QUAESTIO IURIS

EDITORIAL PARA O VOL. 15-3 (2022)

Maurício Jorge Pereira da Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 15, N.03., 2022.

Maurício Jorge Pereira da Mota

DOI: 10.12957/rqi.2022.71803

A Revista Quaestio Iuris, indexada na **Web of Science**, de periodicidade trimestral, nesse volume 15, número 03, 2022, tem o prazer de informar que o artigo “GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da; MARÇAL, Thaís Boia. *Penhorabilidade do bem de família “luxuoso” na perspectiva civil-constitucional / Attachment of family “luxury legal asset” on the perspective civil-constitucional*. REVISTA QUAESTIO IURIS, [S.l.], v. 6, n. 02, p. 240-256, dez. 2013. ISSN 1516-0351.” foi citado em decisão do Supremo Tribunal Federal no Agravo em Recurso Extraordinário n. 1338589 – RJ, de autoria do Ministro Roberto Barroso.

A Revista tem ainda o prazer de publicar nesse número o Dossiê sobre o envelhecimento com os seguintes artigos de professores estrangeiros: “difficulties for na ageing Society to become a “gerontocentric society: reflections from the european-american and latin-american scenario”; “família y m igración: propósito de vida em personas mayores venezolanas”; “sustentabilidade y acciones comunitárias: outra mirada sobre la vejez en el espacio rural”; “age discrimination and older Workers: is self-employment a response to ageism?”; “the demography of super survivors in England and Wales”; “Destination selection by aging travelers: a literature review”; “políticas públicas y covid-19: efectos del aislamiento social en los vínculos de las personas mayores en la ciudad de Buenos Aires”; “The aging experience in the contemporary work environment: the worker’s voice in a case study from South of Brazil”; “De la salud guiada por las prioridades de las personas mayores: una forma de ejercer el derecho a ser parte de un equipo de salud más seguro y eficiente”; “EL envejecimiento activo como paradigma y sus efectos en la decision de jubilarse. El caso español”; “On the importance of understanding older tourists: addressing the complexity of ageing travellers”; The 60+ Tazelenme University in action: “projects that serve your Hearts” during corona vírus epidemic” e Demetrio de Falerio y la sociedade del envejecimiento”.

Da mesma maneira que nos números anteriores, no atual volume 15, número 03, 2022, publicamos 17 (dezessete) artigos inéditos.

Publicamos também em nossa Seção Monografias um estudo denominado “*Os efeitos da cheia de 2014 do Rio Madeira: reflexões sobre o acesso à justiça da população ribeirinha atingida em Porto Velho e a atuação do Poder Judiciário e da Defensoria Pública*”, de Carolina Yukari Veludo Watanabe, Doutora em Ciência de Computação e Matemática Computacional (2013) pela Universidade de São Paulo – ICMC-USP. Professora Adjunta na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), atuando nos programas de pós-graduação Mestrado Acadêmico em Administração (PPGA/UNIR) e Mestrado Profissional em Direitos Humanos e



Desenvolvimento da Justiça (PPG/DHJUS/UNIR; de Danilo Augusto Kanthack Paccini, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Mestre em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e de André Vilas Boas Gonçalves, Mestre em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia. Defensor Público do Estado de Rondônia.

A monografia analisa que o acesso à justiça deve ser entendido como um direito humano. Portanto, considerando catástrofes, é indispensável que instituições do sistema de justiça se preparem para garantir o acesso dos atingidos à justiça. A cheia do Rio Madeira, em 2014, causou vários transtornos à população de Porto Velho, RO. Neste sentido, o objetivo do trabalho foi verificar se a atuação do poder judiciário e da defensoria pública garantiu o efetivo acesso à justiça aos atingidos. Para isso, foi realizada uma pesquisa prática, que se utiliza de procedimentos de coleta de dados e busca transformações para a realidade social. Foi realizada entrevistas com atingidos de três comunidades portovelhenses, entrevistas com os juízes das varas cíveis de Porto Velho e pesquisa documental junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Os dados obtidos foram analisados à luz das ondas de acesso à justiça de Cappelletti: assistência judicial aos pobres, tutela dos interesses difusos e simplificação procedimental para celeridade do acesso à justiça. Os resultados mostraram a ineficácia de promoção e facilitação do acesso à justiça das duas instituições. Ao final, as considerações finais indicam sugestões de atuação da justiça para melhorar o acesso das vítimas de grandes catástrofes à ordem jurídica justa.

Em nossa Seção Ensaio publicamos 02 (dois) ensaios sobre políticas públicas: Geração de substituição em tempos de COVID-19: uma pandemia no caminho dos direitos fundamentais e O poder de polícia administrativo compulsório nas questões de vigilância sanitária.

Nesse número da Revista mantivemos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e professores estrangeiros, em um total de mais de 700 (setecentos) pareceristas avaliadores. Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.



Boa leitura a todos!

Mauricio Mota

Editor-Chefe da Revista Quaestio Iuris

Sobre o autor:

Maurício Jorge Pereira da Mota

Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e Procurador do Estado - Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB. Editor Chefe da Revista Quaestio Iuris e da Revista de Direito da Cidade. Coordenador do Curso de Especialização em Advocacia Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Membro do Fórum Permanente de Direito da Cidade da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Consultor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Privado e Direito Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: boa-fé, contratos, proteção ao devedor, políticas públicas, direito ambiental e controle da administração pública.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 15, N.03., 2022.

Maurício Jorge Pereira da Mota

DOI: 10.12957/rqi.2022.71803